



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:** Aquisição de filtros diversos, incluindo filtros de óleo, combustível, hidráulicos, de ar, separadores e kits completos de filtragem, destinados à execução de manutenção preventiva e corretiva dos maquinários pertencentes à Secretaria Municipal de Obras, visando assegurar o adequado funcionamento, a durabilidade e a eficiência operacional da frota e equipamentos, do Município de São Pedro das Missões/RS.

**2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

**3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- a) O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.
- b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- c) Os itens que compõem esta contratação direta têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a serem adquiridos:

Item	Descrição	Ref.	Qtde.	Valor total
<b>Carregadeira 835h</b>				
1	FILTRO COMBUSTÍVEL 53C0574	Un	01	R\$ 780,00
2	FILTRO DE SEPARADOR DE COMBUSTÍVEL FS 36210	Un	01	R\$ 700,00
3	FILTRO DE TRANSMISSÃO 0750131053	Un	01	R\$ 552,18
4	FILTRO ÓLEO 53C0054	Un	01	R\$ 158,00
5	FILTRO COMBUSTÍVEL 40C6996	Un	01	R\$ 196,00
6	KIT FILTRO AR CONDICIONADO	Un	01	R\$ 359,20
<b>Escavadeira 915E</b>				
1	KIT FILTRO AR MOTOR	Un	01	R\$ 700,00
2	FILTRO ÓLEO PARKER LF 16352	Un	01	R\$ 470,00
3	FILTRO DESUMIDIFICADOR LF 19816	Un	01	R\$ 596,00
4	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC-706	Un	01	R\$ 330,00
5	FILTRO AR CONDICIONADO 55749	Un	01	R\$ 130,00
6	FILTRO AR CONDICIONADO	Un	01	R\$ 180,00
<b>Rolo Compactador</b>				
1	FILTRO ÓLEO 40C2182	Un	01	R\$ 176,00
2	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 53C0576	Un	01	R\$ 780,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

3	FILTRO COMBUSTÍVEL 53C0497	Un	01	R\$ 196,00
4	FILTRO HIDRÁULICO 53C0154	Un	01	R\$ 580,00
<b>Retroescavadeira Xc870br-1</b>				
1	FILTRO COMBUSTÍVEL 0986450723	Un	01	R\$ 150,00
2	FILTRO DE ÓLEO LF 4054	Un	01	R\$ 130,00
3	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	Un	01	R\$ 250,00
<b>Valor Total: R\$ 7.413,38 (sete mil, quatrocentos e treze reais e trinta e oito centavos)</b>				

e) O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1. FUNDAMENTAÇÃO:** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

**4.2. JUSTIFICATIVA:** A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva dos maquinários pertencentes à Secretaria Municipal de Obras, os quais desempenham papel fundamental na execução de serviços públicos essenciais, tais como conservação e recuperação de estradas vicinais, realização de obras de infraestrutura e apoio às demais atividades operacionais do Município de São Pedro das Missões/RS. Os equipamentos, incluindo rolo compactador, retroescavadeira XC870BR-1, carregadeira 835H e escavadeira 915E, são amplamente utilizados em condições severas de operação, o que exige a substituição periódica de componentes essenciais, especialmente filtros de óleo, combustível, hidráulicos e de ar, além de separadores e kits completos de filtragem. A adequada filtragem é indispensável para garantir o bom desempenho e a vida útil dos maquinários, uma vez que impede a circulação de impurezas nos sistemas mecânicos e hidráulicos, reduzindo o risco de falhas, desgastes prematuros e danos de maior gravidade. A ausência ou inadequação desses itens pode resultar em paradas inesperadas dos equipamentos, comprometendo a continuidade dos serviços públicos e gerando custos elevados com manutenções corretivas emergenciais. Dessa forma, a aquisição dos referidos filtros constitui medida preventiva essencial, contribuindo para a eficiência operacional da frota, a economicidade dos recursos públicos e a garantia da prestação adequada e contínua dos serviços à população.

**5. PREVISÃO NO PCA:** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

#### **6. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela personalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

*legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **ROGERIO FABIANO ZANDONÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.149.192/0001-89, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:** A solução consiste na aquisição planejada de filtros diversos, compreendendo filtros de óleo, combustível, hidráulicos, de ar, separadores e kits completos de filtragem, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos maquinários pertencentes à Secretaria Municipal de Obras do Município de São Pedro das Missões/RS. Essa contratação visa garantir a continuidade operacional da frota municipal, composta por equipamentos como rolo compactador, retroescavadeira XC870BR-1, carregadeira 835H e escavadeira 915E, os quais são essenciais para a execução de serviços públicos fundamentais, tais como conservação e recuperação de estradas vicinais, execução de obras de infraestrutura e apoio às demais atividades operacionais do Município. A solução adotada contempla o fornecimento de itens novos, compatíveis e adequados às especificações técnicas dos equipamentos, assegurando a correta filtragem dos sistemas mecânicos, hidráulicos e de combustão. Essa compatibilidade é indispensável para preservar o desempenho dos maquinários, reduzir desgastes prematuros e evitar falhas operacionais que possam comprometer a prestação dos serviços públicos. A contratação por meio de fornecedor especializado permite o atendimento contínuo das demandas de manutenção, de forma planejada e eficiente, evitando a interrupção das atividades da Secretaria de Obras. Além disso, possibilita maior controle na reposição dos itens, garantindo que as substituições ocorram de acordo com as necessidades reais de cada equipamento. Dessa forma, a solução como um todo assegura a manutenção adequada da frota municipal, contribuindo para a eficiência operacional, a economicidade dos recursos públicos e a continuidade dos serviços prestados à população, em consonância com os princípios da Administração Pública.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Site: [www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br) – Fone: 55.99199.9431  
E-mail: [pmsaopedro@hotmail.com.br](mailto:pmsaopedro@hotmail.com.br) - CNPJ: 04.229.729/0001-95  
Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

- a) Autorizar a execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- c) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- d) Efetuar o pagamento devido.

**8.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- b) Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- c) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- d) Realizar a execução do objeto no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- e) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.
- f) A contratada arcará com todos os encargos fiscais, trabalhistas, comerciais, tributários, seguros, transporte e demais custos decorrentes do contrato
- g) Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos.
- h) Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, observando as normas técnicas.
- i) Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou outros dados durante a vigência do contrato.
- j) A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- k) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- l) Os produtos entregues serão avaliados pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.
- m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- n) Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais.

**9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- a) A execução do objeto consistirá no fornecimento de filtros diversos, incluindo filtros de óleo, combustível, hidráulicos, de ar, separadores e kits completos de filtragem, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos maquinários da Secretaria Municipal de Obras.
- b) A aquisição deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes nos orçamentos anexos, respeitando os códigos, modelos e aplicações dos filtros indicados para cada tipo de maquinário, garantindo a correta compatibilidade com os equipamentos informados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

- c) Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeira linha, de boa qualidade e atender às normas técnicas aplicáveis, assegurando seu pleno funcionamento e desempenho adequado nos equipamentos em que serão utilizados.
- d) A escolha do fornecedor será realizada com base no critério de menor preço dentre os orçamentos apresentados, desde que atendidas integralmente as especificações exigidas, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência na Administração Pública.
- e) O fornecimento será realizado de forma parcelada ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Obras, mediante solicitação prévia, devendo a entrega ocorrer em local indicado pela Administração Municipal, dentro dos prazos estabelecidos no instrumento contratual.
- f) A contratada será responsável pela entrega dos produtos em perfeitas condições de uso, bem como pelo atendimento de eventuais exigências relacionadas à garantia, substituição ou troca em caso de desconformidade com as especificações estabelecidas.

**10. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:**

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**11. FISCALIZAÇÃO:**

- a) Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado o Sr. Eduardo Stein, para exercer a função de Gestor do Contrato e o Sr. Valdecir Stein, para exercer a função de Fiscal do Contrato, ou outros servidores que venham a ser formalmente designados por ato próprio, competindo-lhes, no âmbito de suas atribuições, acompanhar, gerir e fiscalizar a execução contratual;
- b) Ao Gestor do Contrato compete a coordenação da execução contratual, o acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, a adoção de providências administrativas necessárias à boa execução do contrato e a interlocução com a Contratada e com os setores competentes da Administração;
- c) Ao Fiscal do Contrato compete o acompanhamento direto da execução dos serviços, a verificação da conformidade com o Termo de Referência e com as cláusulas contratuais, o controle da qualidade, dos prazos e dos resultados, bem como a comunicação ao Gestor do Contrato acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

técnicas ou vícios na execução do objeto, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, nos termos dos arts. 117, §3º, 120 e 122 da Lei nº 14.133/2021;

e) O Gestor e o Fiscal do Contrato manterão registros próprios e atualizados das ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, quando cabível.

**12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos, atesto de recebimento e aprovação pela fiscalização da Secretaria Requisitante.

b) Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

c) A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

d) Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

f) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13. DA HABILITAÇÃO**

**13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

**13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e/ou o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

**13.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

**13.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais de informática, compatíveis com o objeto da presente contratação.

**14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

**14.1** Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata/contrato tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, a pedido do interessado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**14.2** Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

**15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**15.1. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS:** A Contratada será responsabilizada administrativamente quando, no âmbito da licitação ou da execução contratual:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato, inclusive quando resultar em prejuízo relevante à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Retardar injustificadamente a execução dos serviços ou descumprir prazos, obrigações contratuais ou especificações técnicas;
- c) Deixar de manter a proposta ou de celebrar o contrato, bem como de apresentar a documentação exigida, quando regularmente convocada, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;
- d) Apresentar documentação ou declaração falsa, ou prestar informações inverídicas durante a licitação ou a execução do contrato;
- e) Fraudar a licitação ou a execução contratual, praticar atos ilícitos, agir em conluio, comportar-se de modo inidôneo ou induzir deliberadamente a Administração a erro;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

g) Recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou instrumento equivalente, quando exigível, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

**15.2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Pelas infrações previstas no item 15.1, poderão ser aplicadas à Contratada, observada a gradação e o devido processo legal, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa, no percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do órgão ou entidade contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES**

- a) As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 15.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- b) A aplicação de multa de mora não impede sua conversão em multa compensatória, nem obsta a rescisão unilateral do contrato, com aplicação cumulada de outras sanções cabíveis.
- c) Caso o valor da multa e das indenizações supere eventual crédito da Contratada, a diferença poderá ser descontada da garantia, se houver, ou cobrada judicialmente.
- d) A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- e) Para aplicação da sanção de multa será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.
- f) As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerão da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Admitida a produção de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo indeferidas, de forma fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- h) Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica quando utilizada com abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores ou sócios com poderes de gestão, observados o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica.

**15.4. REABILITAÇÃO:** É admitida a reabilitação da Contratada, perante a autoridade que aplicou a sanção, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa aplicada;
- c) Decurso do prazo mínimo legal da penalidade aplicada;
- d) Cumprimento das condições estabelecidas no ato sancionador;
- e) Análise jurídica prévia conclusiva.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

**15.4.1.** Nos casos de infrações relacionadas à apresentação de documentação falsa ou fraude, poderá ser exigida, como condição para reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

**15.5. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES:** Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) A existência de agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos causados à Administração Pública;

**16. DA CONTRATADA:** A escolha da empresa **ROGERIO FABIANO ZANDONÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.149.192/0001-89, com sede na Avenida Brasil, Centro, na cidade de São Pedro das Missões/RS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, se deu com base nos princípios da economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, eis que a escolha foi fundamentada a partir da análise criteriosa de mercado, observando-se aspectos como a qualidade dos produtos serem fornecidos, em conformidade com as especificações técnicas exigidas e adequação ao valor de referência estabelecido. Além disso, verificou-se que a empresa atende integralmente às exigências legais e administrativas para contratação, apresentando documentação regular junto aos órgãos competentes, o que garante maior segurança jurídica à contratação. Dessa forma, considerando a necessidade dos produtos que serão adquiridos, bem como a regularidade e a competitividade da proposta apresentada pela empresa, justifica-se a escolha da empresa **ROGERIO FABIANO ZANDONÁ** em consonância com os princípios da administração pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

**17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:** Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 7.413,38 (sete mil, quatrocentos e treze reais e trinta e oito centavos)**, conforme abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde.	Valor total
<b>Carregadeira 835h</b>				
1	FILTRO COMBUSTÍVEL 53C0574	Un	01	R\$ 780,00
2	FILTRO DE SEPARADOR DE COMBUSTÍVEL FS 36210	Un	01	R\$ 700,00
3	FILTRO DE TRANSMISSÃO 0750131053	Un	01	R\$ 552,18
4	FILTRO ÓLEO 53C0054	Un	01	R\$ 158,00
5	FILTRO COMBUSTÍVEL 40C6996	Un	01	R\$ 196,00
6	KIT FILTRO AR CONDICIONADO	Un	01	R\$ 359,20
<b>Escavadeira 915E</b>				
1	KIT FILTRO AR MOTOR	Un	01	R\$ 700,00
2	FILTRO ÓLEO PARKER LF 16352	Un	01	R\$ 470,00
3	FILTRO DESUMIDIFICADOR LF 19816	Un	01	R\$ 596,00
4	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC-706	Un	01	R\$ 330,00
5	FILTRO AR CONDICIONADO 55749	Un	01	R\$ 130,00
6	FILTRO AR CONDICIONADO	Un	01	R\$ 180,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

<b>Rolo Compactador</b>				
1	FILTRO ÓLEO 40C2182	Un	01	R\$ 176,00
2	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 53C0576	Un	01	R\$ 780,00
3	FILTRO COMBUSTÍVEL 53C0497	Un	01	R\$ 196,00
4	FILTRO HIDRÁULICO 53C0154	Un	01	R\$ 580,00
<b>Retroescavadeira Xc870br-1</b>				
1	FILTRO COMBUSTÍVEL 0986450723	Un	01	R\$ 150,00
2	FILTRO DE ÓLEO LF 4054	Un	01	R\$ 130,00
3	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	Un	01	R\$ 250,00
<b>Valor Total: R\$ 7.413,38 (sete mil, quatrocentos e treze reais com trinta e oito centavos)</b>				

**18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

08 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

08.01 – Secretaria de Obras

08.01.26.782.0008.2028 – Manutenção e encascalhamento de estradas

3390.30.00.00.00 – Material de consumo

08.01.26.782.0008.2027 – Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços

3390.30.00.00.00 – Material de consumo

**São Pedro das Missões/RS, em 27 de abril de 2026.**

**Eduardo Stein Westphalen**  
Sec. De Obras